



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638724 - SP (2021/0001969-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : HEITOR LUIZ DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : HEITOR LUIZ DE OLIVEIRA - SP345262  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CLAYTON ROBERTO ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAYTON ROBERTO ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1504061-48.2018.8.26.0663).

O paciente foi condenado à pena de 3 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e suspensão ou proibição do direito de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 3 meses e 7 meses de detenção, pela prática dos delitos previstos nos arts. 303, §§ 1º e 2º, c/c o art. 302, § 1º, incisos I, II e III; e 305, todos da Lei n. 9503/1997, c/c o art. 70 do Código Penal.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar a fixação do regime inicial semiaberto, em manifesta violação das Súmulas n. 718 e 719, ambas do Supremo Tribunal Federal, e 440 do STJ.

Alega que as circunstâncias judiciais foram favoráveis, sendo devida a alteração do modo prisional para o aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal.

Requer, liminarmente, a fixação do regime inicial aberto em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente